



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP 13.490



MENSAGEM Nº.022/88-NMR

Cordeirópolis, 20 de junho de 1988.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Cumpre-nos encaminhar nesta oportunidade, para apreciação e deliberação em regime de urgência de quarenta (40) dias, dessa Egrégia Edilidade, o incluso Projeto de Lei nº.022/88 - desta data - que autoriza o Prefeito Municipal a reti-ratificar as escrituras de alienação de lotes do Distrito Industrial II do Município de Cordeirópolis, e convalida e ratifica a Concorrência Pública nº. 008/86, na forma especificada.

Como é da lembrança dos nobres Vereadores, a Lei Municipal nº. - 1389, de 08 de outubro de 1986, autorizou o Município, através - de Concorrência Pública, a alienar lotes, de seu patrimônio, para a implantação do Distrito Industrial II.

A nossa operosa Secretaria de Compras do Município, com base na referida Lei Municipal, formalizou, então, a Concorrência Pública devida, que tomou o número 008/86, e que permitiu a venda dos mencionados lotes "as firmas comerciais, industriais ou de prestação de serviços". Esse processo licitatório tramitou legalmente e os vencedores da aludida Concorrência, juntamente com o Senhor Prefeito Municipal, fizeram lavrar, no Cartório de Notas de Cordeirópolis, as respectivas escrituras, sendo que algumas dessas escrituras foram outorgadas a "microempresas", recentemente criadas pela Lei Federal nº. 7256, de 27.11.1984. Embora a própria Lei nº.7256, no seu artigo 2º, diga que a microempresa pode ser tanto pessoa jurídica, quanto firma individual, a verdade é que os Cartórios de Registro de Imóveis, por provimento da Carregedoria de Justiça do Estado, não estão registrando escrituras lavradas em favor das microempresas - ME, mas somente as lavradas em nome das pessoas jurídicas (sociedades) e das pessoas naturais ou físicas. Assim, a alternativa mais ágil e econômica, para a solução do problema (que não é culpa nem do Município, - nem dos Cartórios), é a reti-ratificação dessas escrituras, que, ao invés de continuarem outorgadas às microempresas-ME, passarão



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP 13.490



mensagem nº.022/88

-continuação-

fls.02

ou proprietários). Sutilezas jurídicas! O fato é que Cordeirópolis, pela sua Egrégia Câmara de Vereadores e seu Prefeito Municipal, tem condições de resolver, com o presente projeto de lei, o impasse criado, beneficiando as partes, os Cartórios, toda a Comunidade, às indústrias, principalmente, sem gerar qualquer encargo aos cofres públicos. Nessa razão, temos certeza de que os nobres Vereadores agilizarão a discussão e aprovação deste projeto de lei, para desatar o impasse, sem demoras judiciais, e com imediato benefício a toda a Comunidade Cordeiro-polense.

Na oportunidade, renovamos os nossos protestos de elevada consideração e distinto apreço.

Atenciosamente,


JOSÉ GERALDO BOTION
-Prefeito Municipal-

À Sua Excelência o Senhor
JOSÉ GARDIZANI
DD. Presidente da Câmara Municipal de
CORDEIRÓPOLIS - S.P.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP 13.490



PROJETO DE LEI Nº.022
DE 20 DE JUNHO DE 1 988

AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A RETI-RATIFICAR AS ESCRITURAS DE ALIENAÇÃO DE LOTES DO DISTRITO INDUSTRIAL II DO MUNICÍPIO, E CONVALIDA E RATIFICA A CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº.008/86, NA FORMA ESPECIFICADA

JOSÉ GERALDO BOTION - Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a retificar as escrituras de alienação dos lotes do Distrito Industrial II do Município, emergentes da Concorrência Pública nº.008/86, da Secretaria de Compras da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, podendo, para tanto, praticar todos os termos, atos e medidas inerentes à espécie.

Artigo 2º - Fica convalidada e ratificada, de fato e de direito, a Concorrência Pública nº.008/86, da Secretaria de Compras do Município, inclusive quanto às suas alienações consumadas, cujas escrituras, entretanto, poderão ser objeto de reti-ratificação, perante o Cartório de Notas, e/ou de Registro competentes.

Artigo 3º - Quaisquer tributos ou despesas, com as mencionadas escrituras, ou registros imobiliários correlatos, correrão à conta dos adquirentes-compradores, sem ônus ao Município (art. 1129 Cod Civil; art. 3º, Pará.Único, da Lei Municipal nº.1389/86; Concorrência Pública nº.008/86, Edital, item VII).

Artigo 4º - Eventuais despesas decorrentes com a execução da presente lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 20 de junho de 1988.


JOSE GERALDO BOTION

-Prefeito Municipal-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP 13.490



== SECRETARIA DE COMPRAS ==

== EDITAL Nº008/86 = CONCORRÊNCIA ==

Alienação por venda, em lotes, -
de uma área de terras pertencen
te ao patrimônio municipal, con
forme especificações.

HAMILTON GUILHERME HOLLAND, Secretário de Compras
da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, de
conformidade com determinação do Senhor Prefeito Municipal, faço pú
blico para conhecimento dos interessados, que se acha aberta na Pre
feitura Municipal de Cordeirópolis, CONCORRÊNCIA, como segue:-

I - OBJETO:-

A presente concorrência tem por objeto a "ALI
ENAÇÃO POR VENDA", em lotes, de uma área de terras, medindo 59.553,67
(cincoenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e tres metros quadrados
e sessenta e sete centímetros quadrados)m2., localizada no Distrito
Industrial II, neste município, conforme croqui e memorial descritti
vo, fornecidos pelo Setor de Engenharia desta Municipalidade, que fa
zem parte integrante deste edital.

ANEXO "A" - Croqui.

ANEXO "B" - Memorial Descritivo.

II - SUPORTE LEGAL:-

A presente concorrência é regida pelos seguin



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP 13.490



f1.02

- Decreto Lei Federal nº 200, de 25.02.67;
- Decreto Lei Complementar nº 9, de 31.12.69;
- Lei Estadual nº 89, de 27.12.72

III - FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES:-

A Prefeitura fornecerá, por intermédio da Secretaria de Compras, sita à Praça Francisco Orlando Stocco, 35, neste município, todas as informações e esclarecimentos ao presente processo licitatório, onde se encontram à disposição dos interessados a pasta contendo o edital e anexos.

IV - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:-

As propostas deverão ser apresentadas em 02 (dois) envelopes fechados, um deles com a designação "ENVELOPE Nº 01 DOCUMENTOS" destinado aos documentos para habilitação, e o outro com a indicação "ENVELOPE Nº 02-PROPOSTA", que deverá constar a proposta propriamente dita, devendo ambos os invólucros trazer, na sua parte externa, as seguintes referências:- Nome do proponente, a data e horário estabelecidos para a entrega das propostas. As propostas deverão ser apresentadas até às 14,00 hrs. (catorze horas), do dia 27 (vinte e sete) de novembro de 1986, impreterivelmente, na sala da Secretaria de Compras da Prefeitura, quando serão recebidos e abertos os envelopes, na forma adiante prevista.

IV. a - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO- ENVELOPE

Nº 01 -DOCUMENTOS.

Neste envelope, deverá conter no seu inte



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP 13.490



fl. 07

critura de venda e compra.

O não cumprimento desta exigência importará na retrocessão do imóvel ao Patrimônio do Município, ao preço de venda.

À Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, - sempre reserva-se o direito de julgar livremente a presente licitação, podendo recusar todas as propostas apresentadas, caso nenhuma venha a corresponder aos interesses do Município, sem que isso dê - aos concorrentes quaisquer direitos, em caso de recusa ou rejeição das propostas apresentadas.

Os casos omissos no presente edital e as - dúvidas surgidas, serão resolvidos administrativamente pelo Senhor Prefeito Municipal.

Para todas as questões não resolvidas administrativamente, fica eleito o Foro da Vara Distrital do Município de Cordeirópolis, Comarca de Limeira-S.P., para dirimi-las.

Para conhecimento público, expede-se o presente edital, que é publicado resumidamente no Diário Oficial e Jornal de Limeira, e afixado na saguão do Paço Municipal.

Cordeirópolis, 05 de novembro de 1986.

HAMILTON GUILHERME HOLLAND
Secretário de Compras

JOSÉ GERALDO BOTTON
Prefeito Municipal

ANTÔNIO JOSÉ BRUNO
Assessor Técnico Administrativo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP 13.490



LEI Nº.1389

DE 08 DE OUTUBRO DE 1986.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A ALIENAR POR CONCORRÊNCIA, INÓVEL DE SEU PATRIMÔNIO, LOCALIZADO NO DISTRITO INDUSTRIAL "II", CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERALDO BOTION - Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Município de Cordeirópolis autorizado a alienar por concorrência pública, respeitado o preço mínimo da avaliação, e o prazo máximo para pagamento de 6 (seis) meses, os lotes de terrenos nºs. 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 - mencionados no memorial descritivo, que fica fazendo parte integrante desta lei, - lotes esses destacados de área maior havida por escritura pública de desapropriação amigável, das notas do Tabelião de Cordeirópolis, livro 31, fls.26.

§ 1º - A presente alienação se destina a incrementar a ampliação e diversificação do Parque Industrial do Município, com a instalação de indústrias de médio e pequeno porte, obedecidas, no que couber, as condições e demais disposições preconizadas pela Lei Municipal nº.858, de 21.12.1972, com posteriores modificações.

§ 2º - Eventuais alterações no projeto a que se refere o presente artigo, por motivo de ordem técnica e/ou via administrativa, - deverão ser referendadas pela Câmara Municipal.

Artigo 2º - Da área total que compõe o imóvel (71.648,24 m²), ficam, ainda, reservadas duas áreas de terra, com as seguintes finalidades:

I- Área com 4.924,45 m² (quatro mil, novecentos e vinte e quatro metros quadrados e quarenta e cinco decímetros quadrados), - destinada à abertura da Avenida Projetada I (UM), conforme planta e memorial descritivo que fazem parte integrante da presente lei, devidamente rubricados.

II- Área com 7.165,12 m² (sete mil, cento e sessenta e cinco metros quadrados e doze decímetros quadrados) destinada à "Área Verde", conforme planta e memorial descritivo que fazem parte



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP-13.490



Lei nº1389-de 08 de outubro de 1986. -continuação- fls. 02

integrante da presente lei, devidamente rubricados.

Artigo 3º - As despesas com a execução da presente lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Parágrafo Único - As despesas com escrituras e transcrições referente a alienação de que trata a presente lei, correrão por conta dos respectivos adquirentes.

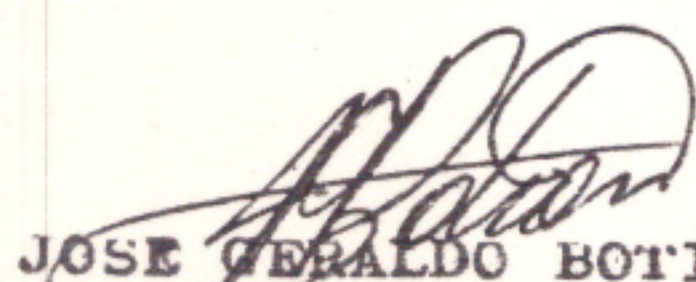
Artigo 4º - Os recursos provenientes da venda a que se refere o artigo 1º, presente lei, serão aplicados da seguinte forma:

--Cinquenta por cento (50%) dos recursos serão destinados na execução da infra-estrutura do aludido loteamento; e,

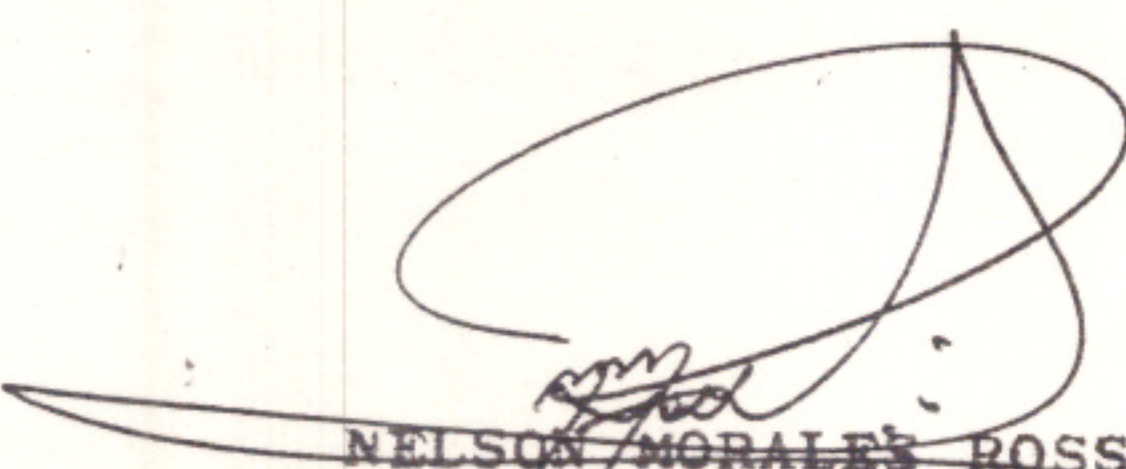
--o restante, fica vinculado à construção de Casas Populares.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente, a Lei Municipal nº.1383, de 17 de setembro de 1986.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 08 de outubro de 1986.


JOSE GERALDO BOTION
-Prefeito Municipal-

Publicada no Paço Municipal de Cordeirópolis, em 08 de outubro de 1986.


NELSON MORAES ROSSI
-Secretário Administrativo-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP 13.490



LEI Nº. 1412

DE 06 DE MARÇO DE 1987.

DA NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 4º. DA LEI MUNICIPAL Nº. 1389, DE 08 DE OUTUBRO DE 1986 (QUE AUTORIZA O MUNICÍPIO A ALIENAR POR CONCORRÊNCIA IMÓVEL DE SEU PATRIMÔNIO, LOCALIZADO NO DISTRITO INDUSTRIAL "II", CONFORME ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS).

ODAIR PERUCHI - Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER - que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - O artigo 4º da Lei Municipal nº. 1389, de 08 de outubro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

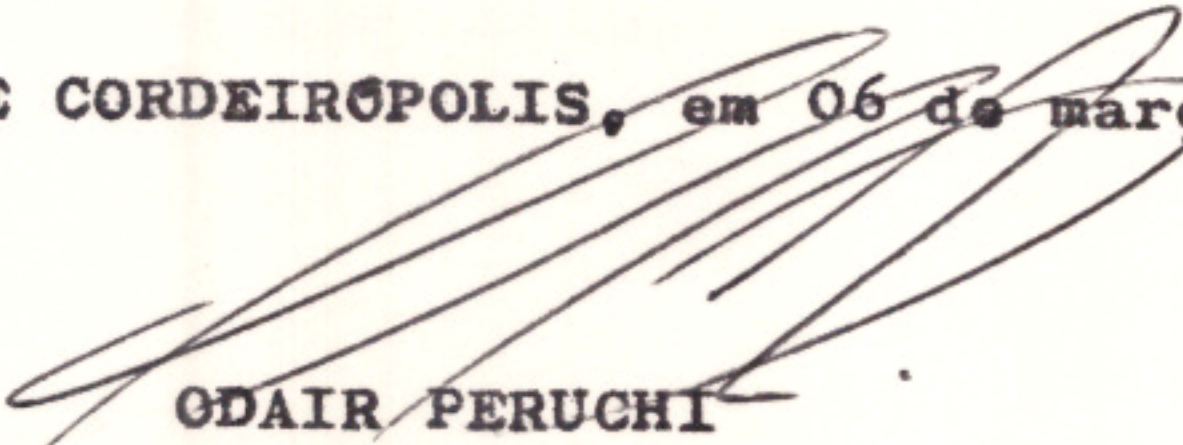
"Artigo 4º - Os recursos provenientes da venda a que se refere o artigo 1º, da presente Lei serão aplicados da seguinte forma:

--- cinquenta por cento (50%) dos recursos serão destinados na execução da Infra-Estrutura do aludido loteamento; e,

--- o restante (50%), fica vinculado à construção de Casas Populares e/ou nas obras de execução do Ginásio de Esportes."

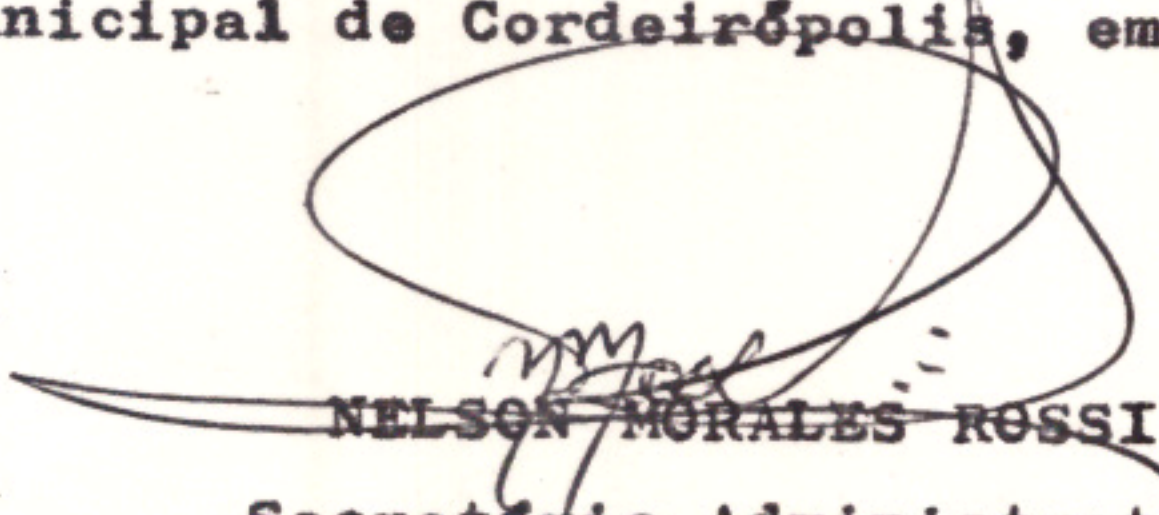
Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 06 de março de 1987.


ODAIR PERUCHI

-Vice-Prefeito, no exercício do
cargo de Prefeito Municipal-

Publicada no Paço Municipal de Cordeirópolis, em 06 de março de 1987.


NELSON MORALES ROSSI

-Secretário Administrativo-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP 13.490



fl. 03

rior, em uma via, os documentos enumerados a seguir, os quais poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, - desde que autenticadas, ou em publicação através da imprensa oficial, sendo, exclusivamente para firmas comerciais, industriais ou de prestação de serviços, devidamente constituídas:-

IV.a.1.- Declaração expressa de que se sujeita a todas as condições do presente edital;

IV.a.2.- Certidão Negativa do Imposto de Renda (atualizada no mínimo de 06(seis) meses);

IV.a.3.- Atestado de idoneidade financeira, - passado por estabelecimento bancário;

IV.a.4.- Contrato social e posteriores alterações;

IV.a.5.- Os planos econômicos, técnicos e financeiros do empreendimento;

IV.a.6.- Cartão de Inscrição na Fazenda Estadual;

IV.a.7.- Cartão de Inscrição no CGC/MF;

IV.a.8.- Data do início da faturamento;

IV.a.9.- Estimativa do faturamento nos cinco anos seguintes do faturamento;

IV.a.10.-Mão de obra aplicável(estimativa);

IV.a.11.-Esclarecimentos ou projetos sobre - controle da poluição.

IV - b. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E REQUISITOS QUE DEVERÃO FIGURAR NA MESMA.

O invólucro nº02 "PROPOSTA", que só será aberi



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP 13.490



f1. 04

envelope, deverá conter a proposta datilografada, em duas vias, com escrita só numa das faces de cada folha, não se admitindo espaços - em branco, bem como entrelinhas, emendas ou rasuras, salvo se aquelas forem inutilizados e estas expressamente ressalvadas, devendo - ainda constar, de forma clara e precisa os elementos e requisitos - seguintes:-

IV.b.1. - Nome e endereço do proponente;

IV.b.2. - Indicação do(s) lote(s) interessado(s), no máximo de dois;

IV.b.3. - Preço por metro quadrado;

IV.b.4. - Prazo de validade da proposta, a - contar do encerramento.

Cada proponente poderá adquirir somente um lote, objeto desta licitação.

É condição essencial, fundamental e obrigatória na presente licitação, que a alienação por venda, em lotes, de uma área de terras pertencente ao patrimônio municipal, que só poderá ser vendido às firmas comerciais, industriais ou de prestação de serviços, devidamente constituída e estabelecidas neste Município.

V = ABERTURA:-

V.a. HABILITAÇÃO:-

Às 14:00 hr.(catorze horas) do dia 27 - (vinte e sete) de novembro de 1986, na presença dos interessados, - serão abertos os envelopes nº01 "DOCUMENTAÇÃO", pela Comissão de - Avaliação e Julgamento, constituída de conformidade com o artigo 7º da Lei nº858 de 21.12.72. Será liminarmente excluída na presente li citação o proponente que não apresentar os documentos de acordo com



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP 13.490



f1.05

o solicitado sendo-lhe devolvido fechado o envelope nº02 "PROPOSTA".
Da habilitação ou inabilitação dos proponentes, -
no prazo de 03(tres) dias da lavratura da ata, caberá recurso com
efeito suspensivo.

V.b. DAS PROPOSTAS:-

Havendo desistência expressa do ofereci-
mento de recursos relacionados com a fase de habilitação, que cons-
tará de ata, será procedida a abertura dos envelopes nº02 "PROPOSTA"
dos proponentes habilitados, na mesma reunião de abertura dos enve-
lopes nº01 "DOCUMENTAÇÃO".

Não havendo renúncia do direito de recor-
rer, fica designada desde logo, o dia 05(cinco) de dezembro de 1986,
às 14,00 hr(catorze horas), no mesmo local, para conhecimento da de-
cisão dos recursos eventualmente propostos e para abertura dos enve-
lopes nº02 "PROPOSTA".

De tudo lavrar-se-á ata que será assina-
da por todos os presentes e pelos componentes da Comissão de Avalia-
ção e Julgamento, que rubricarão as propostas apresentadas.

VI - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:-

A análise e julgamento das propostas serão -
realizados pela Comissão constituída, lavrando ao término dos traba-
lhos, o relatório de julgamento que conterá a classificação das pro-
postasxaceitas,

Em caso de empate, será adotado o critério de
sorteio, para desempate.

O julgamento seráxefetuado e dado a público -



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
FONES (0195) 46-1376 - 46-1057 - 46-1219 - CEP 13.490



fl. 06

em até 10(dez) dias úteis da data da abertura das propostas.

VII = DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:-

Pela elaboração e apresentação da documentação e proposta, os licitantes não terão direito a auferir vantagens, remuneração ou indenização de qualquer espécie.

A Prefeitura poderá solicitar, de qualquer licitante, informações e esclarecimentos complementares para perfeita juízo e entendimento da documentação ou propostas apresentadas.

O licitante que não puder comprovar a veracidade dos elementos informativos apresentados à Prefeitura quando solicitados neste sentido, será automaticamente excluído desta licitação.

Os lotes têm os preços mínimos por metro quadrado, avaliados pela Comissão de Avaliação, da seguinte forma, conforme projeto, digo, laudo de avaliação, anexo "C":-

- lotes 01, 02, 03.....Cz\$35,00 p/m2. ou 0,329 OTN/m2.
- lotes 04, 05, 06, 07.Cz\$30,00 p/m2. ou 0,282 OTN/m2.
- lotes de 08 a 22.....Cz\$20,00 p/m2. ou 0,188 OTN/m2.

Os vencedores deverão efetuar o pagamento, no máximo de 05(cinco) dias úteis após a comunicação da homologação, em moeda corrente nacional, no setor da Tesouraria desta Municipalidade.

Os proponentes consagrados vencedores deverão providenciar de imediato a escritura de venda e compra e o respectivo registro, correndo as despesas por suas contas.

Os proponentes consagrados vencedores deverão iniciar as obras dentro do prazo máximo de 120(cento e vinte)

Art. 26 — O titular ou sócio da microempresa responderá solidariamente e ilimitadamente pelas consequências da aplicação do artigo anterior, ficando, assim, impedido de constituir nova microempresa ou participar de outra já existente com os favores desta lei.

Art. 27 — A falsidade das declarações prestadas para obtenção dos benefícios desta lei caracteriza o crime do art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do seu enquadramento em outras figuras penais cabíveis.

CAPÍTULO VIII

Da remissão de crédito tributário

Art. 28 — (VETADO)

Art. 29 — As firmas individuais e sociedades comerciais e civis, identificáveis como microempresa, segundo estabelece este Estatuto, que a partir de 1.º de janeiro de 1981 não tenham exercido atividade econômica de qualquer espécie, poderão requerer a sua baixa no Registro Competente dentro de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da vigência desta Lei, independente de prova de justificação de tributo e contribuição com a Fazenda Pública Federal.

Parágrafo único — Os benefícios de que tratam (VETADO) e o caput deste artigo são concedidos sem prejuízo da aplicação do disposto no art. 25 desta Lei.

CAPÍTULO IX

Disposições gerais

Art. 30 — O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 31 — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32 — Revogam-se as disposições em contrário.
Brasília, em 27 de novembro de 1984, 163.º da Independência e 96.º da República.

João Figueiredo

Fernando Galvães, Murilo Badaró, Delfim Neto

DECRETO FEDERAL N.º 90.880/85

Regulamenta a Lei n.º 7.236, de 27 de novembro de 1984, que estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto no Artigo 30 da Lei n.º 7.236, de 27 de novembro de 1984.

Decreta:

CAPÍTULO I

Do Tratamento Favorecido à Microempresa

Art. 1.º — É assegurado à microempresa, nos termos da Lei n.º 7.236, de 27 de novembro de 1984, tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, crédito e de desenvolvimento empresarial.

§ 1.º — O tratamento diferenciado, simplificado e favorecido tem como objetivo facilitar a constituição e o funcionamento de unidades produtivas de pequeno porte, com vistas ao fortalecimento de sua participação no processo de desenvolvimento econômico e social.

§ 2.º — Os órgãos e entidades da administração federal direta e indireta deverão tomar as medidas necessárias para assegurar a plena consecução dos objetivos previstos na Lei n.º 7.236/84 e o cumprimento das diretrizes que vierem a ser fixadas pelo Conselho de Desenvolvimento das Micro, Pequena e Média Empresas.

§ 3.º — O tratamento estabelecido neste regulamento não exclui outros benefícios que tenham sido ou vierem a ser concedidos a microempresas.

CAPÍTULO II

Do Registro Especial

Art. 2.º — O registro especial referido no capítulo III da Lei n.º 7.236/84 é indispensável para utilização efetiva dos benefícios nela concedidos, mas, uma vez realizado, os seus efeitos retroagem, conforme o caso, ou à data da constituição da empresa, se anterior ao registro ou à data da vigência da lei, se a empresa for preexistente.

Art. 3.º — O registro especial constitui prova bastante da condição legal de microempresa, a qual não poderá ser impugnada por

§ 3.º — Os órgãos do Registro do Comércio e do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, enviarão às repartições previdenciárias e fiscais competentes a relação das firmas individuais e das sociedades que tiverem a baixa concedida nos termos deste artigo.

Art. 14 — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
João Figueiredo — Brasília, 30 de janeiro de 1985, 164.º — da Independência e 97.º da República.

DECRETO FEDERAL N.º 90.573/84

Reduz alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, dos produtos que indica, fabricados predominantemente por empresas de pequeno porte.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 4.º, inciso I, do Decreto-lei n.º 1.199, de 27 de dezembro de 1971, e

Considerando:

a) que a lei n.º 7.236, de 27 de novembro de 1984, estabeleceu tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas, inclusive no campo tributário; e

b) que, como parte essencial à realização do objetivo de apoio ao desenvolvimento das empresas de pequeno porte se deve eliminar a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados sobre os produtos típicos dessas empresas, bem como as obrigações acessórias relativas ao referido tributo.

Decreta:

Art. 1.º — Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre as mercadorias relacionadas no Anexo a este Decreto, classificadas segundo os códigos da Tabela de Incidência aprovada pelo Decreto n.º 89.241, de 23 de dezembro de 1983.

Parágrafo único — Fica dispensada a anulação do crédito, relativo a matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, empregados na industrialização dos produtos de que trata este artigo, para os insumos entrados no estabelecimento até a data da publicação deste Decreto, Verdade qualquer restituição ou ressarcimento.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor no dia seguinte ao de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 28 de novembro de 1984, 163.º da Independência e 96.º da República.

João Figueiredo

Fernando Galvães

Anexo ao Decreto n.º 90.573, de 28-11-84

CÓDIGO

Posição — Subposição e item

39.07 21.03 — Letreiros luminosos, mesmo com estrutura metálica e providos ou não de lâmpadas, fios, reatores, "starters", "porta-starters", soquetes antivibratórios e semelhantes.

39.07 21.04 — Cúpulas para abajures ou quebra-luzes.

42.01 02.00 — Artigos de seletro e de correio para qualquer animal de matéria plástica artificial.

42.01 03.00 — Artigos de seletro e de correio para qualquer animal de têxtil.

42.01 99.00 — Artigos de seletro e de correio para qualquer animal — outros.

44.22 01.99 — Aduelas — qualquer outra.

44.22 99.00 — Pipas, barris, dornas, tinas, baldes e outras obras de tanaria e suas partes, de madeira, inclusive as aduelas — outros.

44.27 00.00 — Obras de marcenaria e de pequena marcenaria (caixas, cofres, estojos, (itêrveis) porta-joias, caixas para canetas, cabides, lampadários e outros aparelhos de iluminação, etc., objetos de ornamentação e artigos de adorno pessoal, de madeira; partes de madeira destas obras ou objetos.

44.28 01.00 — Agulhas, furadores, lançadeiras e semelhantes, próprios para crochê, filô, tricô e para bordar ou enfiar.

A juventude, que sempre se caracterizou por sua rebeldia, encontra nesse ambiente adverso um clima propício para o exacerbamento de suas dúvidas e contestação, colocando-se a um passo da delinqüência.

No Brasil, o problema do menor infrator, pelas dimensões que tem alcançado, já está causando intanquilidade no meio social e prejudiz a sociedade como um todo.

A delinqüência juvenil, especialmente em São Paulo, com a ação dos "trombadinhas", menores assaltantes vindos da periferia, é uma realidade preocupante.

Enquanto isso, a legislação em vigor considera inaproveitáveis os menores de 18 anos, conforme expressa disposição do artigo 27 do novo Código Penal, com a redação dada pela Lei n.º 7.209, de 11 de julho de 1984.

"Artigo 27 — Os menores de dezoito anos são penalmente inaproveitáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial".

Notamos que, desta forma, no dispositivo em exame adotou-se um critério estritamente biológico, isto é, a idade do autor do fato, não de levando em consideração o desenvolvimento mental do menor, que não fica sujeito à sanção penal mesmo que tenha praticado o ato ilícito plenamente consciente de seu caráter delituoso.

Haja vista o grande desenvolvimento dos meios de comunicações, a facilidade de se conseguir informação e o próprio progresso que leva o ser humano, cada vez mais jovem, a integrar-se plenamente na vida em sociedade, não é lógico que seja considerado absolutamente inaproveitável o menor, por ato que praticar antes de completar 18 anos.

Assim, em alguns países, como a Grécia, Inglaterra, Nova Zelândia e Federação Malásia, o limite mínimo de idade para imputabilidade penal é 17 anos. Em outras nações, como por exemplo na Birmânia, Filipinas, Bélgica e Israel, o limite é de 16 anos. Na Síria, Honduras, Egito, Índia, Paquistão, Paraguai, Iraque, Guatemala e Líbano a legislação determina o limite de 15 anos. Por fim, no Haiti e Alemanha Oriental a imputabilidade alcança apenas aos menores de 14 anos.

De uma forma geral, observa-se, hoje, em dia, uma tendência em se rebaixar o limite de idade para se submeter os menores à mesma disciplina dos adultos.

Ninguém pode afirmar que o jovem de 16 ou 17 anos, qualquer que seja sua origem social, não possa, hoje, amplo conhecimento do mundo que o cerca, nem tão pouco não tenha ciência e discernimento sobre a ilicitude de seus atos.

Por outro lado, o Código de Menores (Lei n.º 6.697, de 10 de outubro de 1979) tem se mostrado completamente ineficiente como instrumento destinado a impedir a prática reiterada de atos ilícitos por indivíduos menores de 18 anos.

Nessa conformidade, propomos a apreciação de nossos ilustres pares a seguinte

MOÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo dirige veemente apelo aos Senhores Membros do Congresso Nacional, no sentido de que seja aprovado Projeto de Lei, modificando o artigo 27 de Novo Código Penal, com a redação dada pela Lei n.º 7.209, de 11 de julho de 1984, de forma a diminuir para 16 anos o limite mínimo de idade para efeito de imputabilidade penal.

Sala das Sessões, em 27-8-85.

a) Fernando Silveira

PARECERES

Parecer de Redação n.º 963, de 1985

Da Mesa, sobre o Projeto de Resolução n.º 18, de 1985.

O Projeto de Resolução n.º 18, de 1985, aprovado em segundo turno de discussão e votação, com emenda, deve ter a seguinte redação:

"Projeto de Resolução n.º 18, de 1985
Introduz modificação da redação da Resolução n.º 18, de 1985, aprovada em primeiro turno de discussão e votação, com emenda, deve ter a seguinte redação:

Declarante de tradicional família, alma generosa, portador de excelentes virtudes, sintetizadas na mais elevada moral e amor ao próximo, o extinto granjeou largo círculo de amizade, razão pela qual seu desaparecimento constitui-se numa lacuna irrepreenchível entre aqueles que com ele tiveram a grata satisfação de conviver.

Grças ao seu labor, tornou-se um comerciante bem sucedido, procurando servir a cidade a que ele tanto amou e cuja população ainda chorava sua perda.

Esta Casa, associando-se às condolências apresentadas à família enlutada, faz este registro de profundo pesar, prestando-lhe, assim, sua sentida homenagem póstuma.

Sala das Sessões, em 27-8-85.

a) Ary Kara

Requerimento n.º 2.790, de 1985

Requeiro nos termos regimentais, prorrogação por mais 30 (trinta) dias, do prazo concedido para vigência da Comissão Especial de Inquérito, constituída com o objetivo de averiguar a situação em que se encontram os meios de transportes na Grande São Paulo e no restante do Estado, no que se refere às condições de uso, concessões e permissões de linhas, fixação de tarifas, periodicidade dos coletivos e condições de trabalho dos seus funcionários.

Justificativa

Considerando a necessidade de um prazo maior para elaboração do relatório final, solicito prorrogação para a referida Comissão.

Sala das Sessões, em 23-8-85.

a) José Cícero

Requerimento

Requeremos, nos termos regimentais, regime de urgência para a tramitação do Projeto de lei n.º 481, de 1985, do Poder Executivo, que objetiva criar cargos no quadro da Secretaria da Fazenda.

Justificativa

As razões que fundamentam a apresentação da proposição justificam o ora requerido.

Sala das Sessões, em 26-8-85

a) Aloysio Nunes Ferreira

Antonio Rezak — Ary Pedrosa — Ary Kara — Augusto Toscano — Carlos Apolinário — Castello Branco — Dalla Pria — Eduardo Bitencourt — Emilio Justo — Evaristo Mesquita — Fernando Moraes — Geraldo Alckmin — José Stedile — José Yunes — Kory Iha — Marcos Aurélio Ribeiro — Nahi Chedid — Nelly Tales — Nelson Fabiano — Paulo Kobayashi — Paulo Sogayar — Rubens Lara — Vandenlei Mattis — Warner Rossi — Waldir Trigo — Walter Lazzarini — Walter Mendes.

Requerimento

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos do artigo 70 § 2.º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de São Paulo que o projeto de lei n.º 841/84 de minha autoria seja distribuído também para a Comissão de Saúde e Higiene para que a mesma se manifeste a respeito das consequências advindas da contaminação do meio ambiente e dos seres vivos por mercúrio e outros metais pesados.

Justificativa

As atividades industriais descritas nos quadros anexos ao PL 841/84, mesmo com emprego de tecnologia sofisticada são potencialmente produtoras de efluentes e despejos com ocorrência de metano, chumbo, cádmio e muitas outras substâncias perigosas para a vida humana. Apenas para demonstrar essa periculosidade citamos o caso do mercúrio que tem como propriedade acumular-se nos organismos vivos levando mais de 100 anos para biodegradar-se e desaparecer do meio ambiente.

Sala das Sessões, em 22-8-85.

para porque, os pais não são sujeitos ao pagamento de multa para prestigiar o cartório de sua cidade ali efetuando o registro, conforme faculta o vigente art. 46 da Lei n.º 6.013.

Assim sendo ocorre na prática uma modalidade de distorção, que, embora sem gerar uma concorrência desleal, dela se aproxima pelos seus efeitos que tendem a impedir o desenvolvimento dos cartórios situados nas pequenas comarcas.

É necessário que se faça uma melhor distribuição de renda e um tratamento igualitário a esses importantes órgãos de registro.

Essas razões levaram-nos a apresentar o projeto que esperamos, merecerá a melhor acolhida dos nobres colegas.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 1984.

Raimundo Leite

Mocção n.º 394, de 1985

O Projeto de Lei Complementar n.º 48, de 1983, apresentado na Câmara dos Deputados pelo ilustre parlamentar Mansueto de Lavor, tem por objetivo alterar a redação do item IV do artigo 2.º da Lei Complementar n.º 1, de 9 de novembro de 1967, que "estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais para a criação de novos municípios".

A referida proposição estabelece que o item IV do artigo 2.º da Lei Complementar n.º 1, de 1967, passa a vigor com a seguinte redação:

"IV — Arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos, quando o município a ser criado localizar-se dentro dos limites territoriais de região metropolitana".

Conforme esclarece o ilustre autor da proposição em sua exposição de motivos, o citado Projeto de Lei Complementar objetiva facilitar a criação de novos municípios fora das áreas metropolitanas, com a exclusão do requisito de renda pública.

Salienta o autor em sua justificativa que "essa exclusão, mantidos os demais requisitos dispostos no inciso IV do artigo 2.º da Lei Complementar n.º 1/67, explica-se pela dificuldade de apuração ou de comprovação da renda pública na maioria desses distritos, seja por falha do aparelho arrecadador, seja por atribuição à sede do município da arrecadação nos citados distritos".

Afirma, ainda, que "mesmo em se provando a incapacidade atual de arrecadação, nem por isso se deve privar tais distritos de sua autonomia. A arrecadação mínima poderá viabilizar-se a posteriori, com os incentivos e recursos atribuídos ao novo município".

Finalmente esclarece o autor que, como as regiões metropolitanas normalmente atraem investimentos privados e públicos que as tornam, de certo modo, privilegiadas, não se vê razão de excluir-se o requisito de renda pública para a criação de seus novos municípios.

Trata-se, a nosso ver, de relevante e oportuna matéria que, se aprovada pelo Congresso Nacional e acolhida pelo Senhor Presidente da República, virá beneficiar o desenvolvimento de inúmeras localidades de nosso Território, trazendo inclusive maior progresso a toda a Nação brasileira.

Assim sendo,

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo dirige veementemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente e demais membros do Congresso Nacional, visando a aprovação do Projeto de Lei Complementar n.º 48, de 1983, de autoria do nobre Deputado Mansueto de Lavor, que altera a redação do item IV do artigo 2.º da Lei Complementar n.º 1, de 9 de novembro de 1967, que "estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais para a criação de novos municípios". Sala das Sessões, em 27-8-85

a) Grolinda Silveira Sampaio

Ademar de Barros — Fernando Silveira — Vicente Botta — Sydney Palácio — Ademir Scarpelli — Hélio Furlan

LEGISLAÇÃO CITADA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 48, DE 1983

Altera a redação do item IV do art. 2.º da Lei Complementar n.º 1, de 9 de novembro de 1967, que "estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais para a criação de novos municípios".

(As Comissões de Constituição e Justiça, do Interior e de Finan

Mocção n.º 395, de 1985

Após um longo período de estudos sobre o problema do Microempresário, o Governo Federal decidiu adotar medidas no intuito de favorecê-lo. Desta forma, através da promulgação da Lei n.º 7.356, de 27 de novembro de 1984, conhecida como Estatuto da microempresa, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 90.880, de 30 de janeiro de 1985, uma série de facilidades de ordem tributária e permitiu finalmente que as pequenas empresas "de fundo de quintal" pudessem gozar de certas vantagens que lhes dessem condições de sobreviver nesta economia dominada, cada vez mais, pelos grandes grupos econômicos.

As vantagens são várias e envolvem a facilidade para o registro, o crédito favorecido, dispensa de algumas exigências trabalhistas e previdenciárias, bem como isenções de alguns impostos e taxas.

Especificamente no âmbito fiscal, a exposição de motivos do projeto de lei que deu origem ao "Estatuto da Microempresa" prevê uma ampla isenção de tributos federais, abrangendo "os principais impostos de competência da União, como o imposto sobre a renda e provenhos de qualquer natureza, o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros, ou relativos a títulos e valores mobiliários, o imposto Único sobre a extração, circulação, distribuição e consumo de minerais do País, bem como todas as taxas vinculadas exclusivamente ao poder de polícia, com exceção das Taxas Rodoviárias únicas e de controles Metrológicos".

Relativamente ao imposto sobre Produtos Industrializados — IPI —, dependendo do produto negociado, haverá obrigatoriedade do recolhimento. O Decreto Federal n.º 90.373, de 28 de novembro de 1984, reduziu a alíquota do IPI de uma série de produtos, fabricados predominantemente por empresas de pequeno porte.

É importante salientar que o critério adotado pelo legislador, levando em consideração a natureza do produto fabricado, tem sido objeto de severas críticas por não haver uma regra para se individualizar tais produtos, e porque não se traduz em isenção à própria microempresa, mas sim o produto, possibilitando que, neste caso, as grandes empresas possam se favorecer, quando o objetivo visado não é esse.

Assim sendo, apresentamos a seguinte

MOÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo dirige veementemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República no sentido de que determine, através dos órgãos competentes, urgentes estudos para que seja enviado ao Congresso Nacional Projeto de lei alterando a sistemática de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI, concedida às microempresas.

Outrossim, apela no sentido de que doravante a isenção desse tributo ocorra em função da natureza da microempresa, e não mais em virtude da individualização de cada produto, conforme a legislação em vigor.

Sala das Sessões, em 27-8-85

a) Fernando Silveira

MICROEMPRESA: LEGISLAÇÃO

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Do Tratamento Favorecido à Microempresa

Artigo 1.º — A microempresa é assegurada tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial, de acordo com o disposto nesta Lei.

Parágrafo único — O tratamento estabelecido nesta Lei não exclui outros benefícios que tenham sido ou vierem a ser concedidos às microempresas.

Artigo 2.º — Consideram-se microempresas, para os fins desta Lei, as pessoas jurídicas e as firmas individuais que tiverem receita bruta anual igual ou inferior ao valor nominal de 10.000 (dez mil) Obrigações Recursivas do Tesouro Nacional — ORTN, tomando-se por referência o valor desses títulos no mês de janeiro do ano base

§ 1.º — Para efeito da apuração da receita bruta anual será sempre considerado o período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro.

LEI Nº 7.256
27.11.1984

excederá o limite fixado no art. 2.º e que esta não se enquadrará em qualquer das hipóteses de exclusão previstas no art. 3.º desta Lei.

Parágrafo único — O registro de firma individual ou sociedade mercantil será feito na forma regulada pela Lei n.º 6.939, de 9 de setembro de 1981.

Art. 8.º — Feito o registro, independentemente de alteração dos atos constitutivos, a microempresa adotarà, em seguida à sua denominação ou firma, a expressão "Microempresa" ou abreviadamente "ME".

Parágrafo único — É privativo das microempresas o uso das expressões de que trata este artigo.

Art. 9.º — A empresa que deixar de preencher os requisitos fixados nesta lei para o seu enquadramento como microempresa deverá comunicar o fato ao órgão competente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da respectiva ocorrência.

Parágrafo único — A perda da condição de microempresa, em decorrência do excesso de receita bruta, só ocorrerá se o fato se verificar durante 2 (dois) anos consecutivos ou 3 (três) anos alternados, ficando, entretanto, suspensa de imediato a ligação fiscal previsto no art. 11 desta lei.

Art. 10 — Os requerimentos e comunicações previstos neste Capítulo poderão ser feitos pela via postal.

CAPITULO VI

Do Regime Fiscal

Art. 11 — A microempresa fica isenta dos seguintes tributos:

1 — imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza;

II — imposto sobre operações, de crédito, câmbio e seguros ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

III – imposto sobre serviços de transporte e comunicações;

IV — imposto sobre a extração, a circulação, a distribuição ou consumo de minerais do País;

V - (VETADO):

VI — contribuições ao Programa de Integração Social — PIS, sem prejuízo dos direitos dos empregados, ainda não inscritos, e ao Fundo de Investimento Social — FINSOCIAL;

VII — Taxas federais vinculadas exclusivamente ao exercício do poder de polícia, com exceção das taxas rodoviárias únicas e de controles metrológicos e das contribuições devidas aos órgãos de fiscalização profissional;

VIII — taxas e emolumentos, do registro referido nos arts. 6.º e 7.º desta Lei.

§ 1.º — A isenção a que se refere este artigo não dispensa a mi-
croempresaria do recolhimento da parcela relativa aos tributos, a que se
obriga por lei, devidos por terceiros.

§ 2.º — As taxas e emolumentos remuneratórios dos atos submetidos ao registro da microempresa não poderão exceder o valor nominal de 2 (duas) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN.

53. • — (VETADO)

Art. 12 — As microempresas que deixarem de preencher as condições para seu enquadramento no regime desta Lei, ficarão sujeitas ao pagamento dos tributos incidentes sobre o valor da receita que exceder o limite fixado no art. 2.º desta Lei, bem como sobre os fatos geradores que vierem a ocorrer após o fato ou situação que tiver motivado seu enquadramento.

Art. 13 — A isenção referida no art. 11 abrange a dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias, salvo as expressamente previstas nos arts. 14, 15 e 16 desta Lei.

Art. 14 — O cadastramento fiscal da microempresa será feito de ofício, mediante intercomunicação entre o órgão de registro e os órgãos cadastrais competentes.

Art. 15 — A microempresa está dispensada de escrituração (VE-TABO), ficando obrigada a manter arquivada a documentação relativa aos atos negociais que praticar ou em que intervier.

Art. 16 — Os documentos fiscais emitidos pelas microempresas obedecerão a modelo simplificado, aprovado em regulamento que servirá para todos os fins previstos na legislação tributária.

CAPITULO V

Do Regime Previdenciário e Trabalhista

Art. 17 — Ficam assegurados aos titulares e sócios das microem-

PARA O CORRETO PREENCHIMENTO DE GUIA, CONSULTE AS INSTRUÇÕES NA ÚLTIMA PÁGINA.

A 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9 ☐ 10 ☐ 11 ☐ 12 ☐ 13 ☐ 14 ☐ 15 ☐ 16 ☐ 17 ☐ 18 ☐ 19 ☐ 20 ☐ 21 ☐ 22 ☐ 23 ☐ 24 ☐ 25 ☐ 26 ☐ 27 ☐ 28 ☐ 29 ☐ 30 ☐ 31 ☐ 32 ☐ 33 ☐ 34 ☐ 35 ☐ 36 ☐ 37 ☐ 38 ☐ 39 ☐ 40 ☐ 41 ☐ 42 ☐ 43 ☐ 44 ☐ 45 ☐ 46 ☐ 47 ☐ 48 ☐ 49 ☐ 50 ☐ 51 ☐ 52 ☐ 53 ☐ 54 ☐ 55 ☐ 56 ☐ 57 ☐ 58 ☐ 59 ☐ 60 ☐ 61 ☐ 62 ☐ 63 ☐ 64 ☐ 65 ☐ 66 ☐ 67 ☐ 68 ☐ 69 ☐ 70 ☐ 71 ☐ 72 ☐ 73 ☐ 74 ☐ 75 ☐ 76 ☐ 77 ☐ 78 ☐ 79 ☐ 80 ☐ 81 ☐ 82 ☐ 83 ☐ 84 ☐ 85 ☐ 86 ☐ 87 ☐ 88 ☐ 89 ☐ 90 ☐ 91 ☐ 92 ☐ 93 ☐ 94 ☐ 95 ☐ 96 ☐ 97 ☐ 98 ☐ 99 ☐ 100 ☐ 101 ☐ 102 ☐ 103 ☐ 104 ☐ 105 ☐ 106 ☐ 107 ☐ 108 ☐ 109 ☐ 110 ☐ 111 ☐ 112 ☐ 113 ☐ 114 ☐ 115 ☐ 116 ☐ 117 ☐ 118 ☐ 119 ☐ 120 ☐ 121 ☐ 122 ☐ 123 ☐ 124 ☐ 125 ☐ 126 ☐ 127 ☐ 128 ☐ 129 ☐ 130 ☐ 131 ☐ 132 ☐ 133 ☐ 134 ☐ 135 ☐ 136 ☐ 137 ☐ 138 ☐ 139 ☐ 140 ☐ 141 ☐ 142 ☐ 143 ☐ 144 ☐ 145 ☐ 146 ☐ 147 ☐ 148 ☐ 149 ☐ 150 ☐ 151 ☐ 152 ☐ 153 ☐ 154 ☐ 155 ☐ 156 ☐ 157 ☐ 158 ☐ 159 ☐ 160 ☐ 161 ☐ 162 ☐ 163 ☐ 164 ☐ 165 ☐ 166 ☐ 167 ☐ 168 ☐ 169 ☐ 170 ☐ 171 ☐ 172 ☐ 173 ☐ 174 ☐ 175 ☐ 176 ☐ 177 ☐ 178 ☐ 179 ☐ 180 ☐ 181 ☐ 182 ☐ 183 ☐ 184 ☐ 185 ☐ 186 ☐ 187 ☐ 188 ☐ 189 ☐ 190 ☐ 191 ☐ 192 ☐ 193 ☐ 194 ☐ 195 ☐ 196 ☐ 197 ☐ 198 ☐ 199 ☐ 200 ☐ 201 ☐ 202 ☐ 203 ☐ 204 ☐ 205 ☐ 206 ☐ 207 ☐ 208 ☐ 209 ☐ 210 ☐ 211 ☐ 212 ☐ 213 ☐ 214 ☐ 215 ☐ 216 ☐ 217 ☐ 218 ☐ 219 ☐ 220 ☐ 221 ☐ 222 ☐ 223 ☐ 224 ☐ 225 ☐ 226 ☐ 227 ☐ 228 ☐ 229 ☐ 230 ☐ 231 ☐ 232 ☐ 233 ☐ 234 ☐ 235 ☐ 236 ☐ 237 ☐ 238 ☐ 239 ☐ 240 ☐ 241 ☐ 242 ☐ 243 ☐ 244 ☐ 245 ☐ 246 ☐ 247 ☐ 248 ☐ 249 ☐ 250 ☐ 251 ☐ 252 ☐ 253 ☐ 254 ☐ 255 ☐ 256 ☐ 257 ☐ 258 ☐ 259 ☐ 260 ☐ 261 ☐ 262 ☐ 263 ☐ 264 ☐ 265 ☐ 266 ☐ 267 ☐ 268 ☐ 269 ☐ 270 ☐ 271 ☐ 272 ☐ 273 ☐ 274 ☐ 275 ☐ 276 ☐ 277 ☐ 278 ☐ 279 ☐ 280 ☐ 281 ☐ 282 ☐ 283 ☐ 284 ☐ 285 ☐ 286 ☐ 287 ☐ 288 ☐ 289 ☐ 290 ☐ 291 ☐ 292 ☐ 293 ☐ 294 ☐ 295 ☐ 296 ☐ 297 ☐ 298 ☐ 299 ☐ 300 ☐ 301 ☐ 302 ☐ 303 ☐ 304 ☐ 305 ☐ 306 ☐ 307 ☐ 308 ☐ 309 ☐ 310 ☐ 311 ☐ 312 ☐ 313 ☐ 314 ☐ 315 ☐ 316 ☐ 317 ☐ 318 ☐ 319 ☐ 320 ☐ 321 ☐ 322 ☐ 323 ☐ 324 ☐ 325 ☐ 326 ☐ 327 ☐ 328 ☐ 329 ☐ 330 ☐ 331 ☐ 332 ☐ 333 ☐ 334 ☐ 335 ☐ 336 ☐ 337 ☐ 338 ☐ 339 ☐ 340 ☐ 341 ☐ 342 ☐ 343 ☐ 344 ☐ 345 ☐ 346 ☐ 347 ☐ 348 ☐ 349 ☐ 350 ☐ 351 ☐ 352 ☐ 353 ☐ 354 ☐ 355 ☐ 356 ☐ 357 ☐ 358 ☐ 359 ☐ 360 ☐ 361 ☐ 362 ☐ 363 ☐ 364 ☐ 365 ☐ 366 ☐ 367 ☐ 368 ☐ 369 ☐ 370 ☐ 371 ☐ 372 ☐ 373 ☐ 374 ☐ 375 ☐ 376 ☐ 377 ☐ 378 ☐ 379 ☐ 380 ☐ 381 ☐ 382 ☐ 383 ☐ 384 ☐ 385 ☐ 386 ☐ 387 ☐ 388 ☐ 389 ☐ 390 ☐ 391 ☐ 392 ☐ 393 ☐ 394 ☐ 395 ☐ 396 ☐ 397 ☐ 398 ☐ 399 ☐ 400 ☐ 401 ☐ 402 ☐ 403 ☐ 404 ☐ 405 ☐ 406 ☐ 407 ☐ 408 ☐ 409 ☐ 410 ☐ 411 ☐ 412 ☐ 413 ☐ 414 ☐ 415 ☐ 416 ☐ 41

Assim, por esse
com o seu
tributário.

Guia Para Inspeção De Saúde
Modelo Oficial 11
Cr\$ 260, por folha
Cr\$ 250, folhas

Art. 3.º — O registro especial constitui prova bastante da condição legal de microempresa, a qual não poderá ser impugnada por qualquer órgão ou entidade da administração federal, salvo no caso de cancelamento do registro, na forma do artigo 6.º.

Art. 4.º — O pedido de registro da microempresa, quando feito por via postal, será encaminhado mediante correspondência a ser entregue com aviso de recebimento ou sistema semelhante.

Parágrafo único — A devolução dos documentos registrados, bem assim a comunicação de eventuais exigências para a efetivação do registro, serão feitos à microempresa pela via postal simples.

Art. 5.º — Os órgãos do Registro do Comércio e do Registro Civil das Pessoas Jurídicas celebrarão convênios com os demais órgãos federais, estaduais e municipais interessados no cadastramento fiscal da microempresa.

Art. 6.º — O cancelamento do registro especial da microempresa, obedecidos os preceitos da Lei n.º 7.236/84, poderá ser efetivado:

I — A pedido da microempresa interessada;

II — de ofício, pelo órgão de registro;

III — Mediante solicitação ao órgão de registro apresentada por qualquer outro órgão da administração pública.

§ 1.º — Nos casos contemplados nos incisos II e III deste artigo, o órgão de registro dará à microempresa ciência prévia dos fatos, das provas e da motivação legal que servir ao cancelamento, assegurando-se à interposição dos recursos previstos na legislação específica do registro civil e comercial, os quais terão efeito suspensivo.

§ 2.º — O cancelamento do registro especial não extingue a empresa, que continua a existir sem os favores da Lei n.º 7.236/84.

CAPÍTULO III

Do Regime Trabalhista

Art. 7.º — As microempresas são dispensadas do cumprimento das obrigações acessórias a que se referem os Artigos 60, 74, 135, Parágrafo 2.º, 162, 360, 429 e 628, todos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 8.º — As microempresas ficam também dispensadas do cumprimento de quaisquer obrigações acessórias, relativas à fiscalização do trabalho, que tenham sido instituídas por atos normativos emanados de autoridades administrativas de qualquer espécie ou hierarquia, salvo as que, por ato do ministro do Trabalho, sejam consideradas imprescindíveis à proteção do trabalhador.

Art. 9.º — As normas de caráter geral, constantes de leis ou atos normativos editados após a vigência deste decreto, que criem obrigações acessórias relativas à fiscalização do trabalho, só serão aplicáveis às microempresas se assim expressamente dispuserem.

CAPÍTULO V

Do Crédito

Art. 10 — As instituições financeiras não poderão condicionar a concessão do crédito favorecido, de que trata o Capítulo VI da Lei n.º 7.236/84, à aceitação pela microempresa do apoio técnico-gereencial previsto no parágrafo 4.º do Artigo 24 da mesma lei.

Art. 11 — As condições especialmente favorecidas a que se refere o Art. 23, da Lei n.º 7.236/84 deverão abranger encargos financeiros, limites de assistência e simplificação do processo de financiamento.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 12 — Os documentos emitidos pelas microempresas, para todos os fins previstos na legislação tributária, obedecerão a modelos simplificados aprovados pelo Ministério da Fazenda, ouvido, se for o caso, o Conselho Nacional de Política Fazendária — Confaz.

Art. 13 — As firmas individuais e sociedades comerciais e civis, identificáveis como microempresas, que usarem da faculdade prevista no artigo 29 da Lei n.º 7.236/84, deverão instruir o seu pedido de baixa com o documento de declaração, firmada por seu titular ou representante legal, sob as penas da lei, de que não exerceram atividade econômica de qualquer espécie, depois de 1.º de janeiro de 1981.

§ 1.º — Além dos documentos referidos neste artigo, nenhum outro poderá ser exigido dos interessados.

§ 2.º — A prova de quitação de tributos estaduais e municipais continuará a ser produzida na forma prevista no artigo 10 da Lei n.º 6.939, de 9 de novembro de 1981.

44.28 01.00 — agulhas, furadores, lanças e semelhantes, próprios para crochê, filô, trico e para bordar ou enfiar.

44.28 03.00 — arco para penca.

44.28 04.00 — armação para sela, selim ou silhão.

44.28 05.00 — bastidor, arco e grade para bordar.

44.28 06.00 — baú, chapelaria e mala.

44.28 07.00 — caxas.

44.28 08.00 — Modelos para fundição.

44.28 09.00 — Expositores.

44.28 10.00 — Pranchetas escolares.

44.28 13.00 — Leques e Ventarolas, com armação de qualquer matéria, exceto de metais preciosos.

44.28 14.00 — Estrados para empilhamento e transporte de mercadorias "pallets".

44.28 15.00 — Colméias para criação de abelhas e produtos de mel.

44.28 99.00 — Outros (obras de madeira).

68.02 00.00 — Obras de pedras de cantaria ou de construção (com exclusão das posições 68.01 (Paralelepípedos, pedras para meio-fio e lajes para pavimentação, de pedras naturais, com exceção de ardósia) e das do Capítulo 69 (Produtos Cerâmicos); Cubos e Dados para Mosaicos).

68.10 01.00 — Bustos, colunas, bases ou pedestais, estátuas, figuras, imagens ou jarras de gesso ou de composições à base de gesso.

69.13 03.00 — Estruturas, objetos de fantasia, de decoração, de ornamentação ou de adorno pessoal, de barro.

73.21 04.00 — Equadradas de ferro fundido, ferro ou aço.

73.40 99.02 — Alçapões, armadilhas, ralociras, gaiolas, viveiros e artigos semelhantes, de ferro fundido, ferro ou aço.

73.40 99.03 — Bases, cavaletes, colunas, peanhas, portas-bustos, porta-cinzeiros, portas-escovas, porta-filtros, porta-vasos e artigos semelhantes, de ferro fundido, ferro ou aço.

73.40 99.05 — Corozas e ornatos para monumentos ou túmulos, de ferro fundido, ferro ou aço.

73.40 99.08 — Partes componentes de calçados, segundo a posição 64.03 (Partes de Calçados (inclusive as palmilhas e os reforços de talões ou talonetas) de qualquer matéria, com exceção do metal).

73.40 99.12 — Comedouros para animais.

73.40 99.15 — Estrados com rodas, para geladeiras, máquinas de lavar, fogões e semelhantes.

73.40 99.16 — Calhas e goteiras.

74.19 01.00 — Caisas, escrínios ou estojos, forrados ou não, de cobre.

74.19 02.00 — Alçapões, armadilhas, gaiolas, ralociras e semelhantes de cobre.

74.19 03.00 — Bases, cavaletes, colunas, peanhas, portas-bustos, porta-cinzeiros, porta-escovas, porta-filtros, porta-vasos e artigos semelhantes, de cobre.

74.19 03.00 — Corozas e ornatos para monumentos e túmulos, de cobre.

74.19 09.00 — Calhas de cobre.

76.08 04.00 — Equadradas de alumínio.

76.16 04.00 — Caisas, escrínios ou estojos, forrados ou não, de alumínio.

76.16 06.00 — Alçapões, armadilhas, gaiolas, ralociras e semelhantes, de alumínio.

76.16 14.00 — "Box" para banheiro, com estrutura de alumínio e elemento vedador de matéria plástica, de vidro ou de qualquer outra matéria.

83.07 00.00 — Aparelhos de iluminação, lâmpadários, lustres e outros artigos de iluminação, bem como suas partes não elétricas, de metais comuns.

94.01 04.03 — Cadeiras de vime, cana, bambu e semelhantes.

94.01 99.03 — Outros assentos de vime, cana, bambu ou semelhantes.

Moção n.º 396, de 1985

"Projeto de Resolução n.º de 1985
Introduz modificação de caráter transitório no Regimento interno da Assembleia Legislativa.
Artigo 1.º — O Título XIII — Disposições Gerais e Transitórias da Resolução n.º 576, de 26 de julho de 1970, com modificações posteriores, fica acrescido do seguinte dispositivo:
"Artigo — Excepcionalmente, no ano de 1985, as representações formuladas por interessados na criação de distritos municipais poderão ser entregues à Assembleia até 15 de setembro.
Parágrafo único — O disposto neste artigo não se aplica às representações de interessados em emancipação de distritos e em rededicação de divisas municipais e distritais.
Artigo 7.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação".
E o nosso parecer.
Assim, a Assembleia Legislativa, em 27-8-85
a) LUIZ CARLOS SANTOS — Presidente
a) Rubens Lara — 1.º Secretário
a) Arthur Alves Pinto, — 2.º Secretário

PROJETOS DE LEI

Projeto de lei n.º 486, de 1985

Dá denominação a estabelecimento de ensino.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Artigo 1.º — Passa a denominar-se "Ivo Bellodi" a Escola Estadual de Primeiro Grau (Agrupada) da Fazenda Santa Teresinha, em Jaboritabal.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Em 30 de julho de 1901, na zona rural de Jaboritabal, exatamente na "Fazenda Coco", nasceu Ivo Bellodi, filho de Anselmo Bellodi e Adelaide Rossi Bellodi, ambos imigrantes italianos do século passado.

Em 1928, Ivo Bellodi contraiu nupcias com Luiza Fioreszi, natural de São Carlos deste Estado. Dessa união tiveram cinco filhos, Ivo, Amélio, Alcides, Antônio e Adélia.

Proprietário de uma gleba de terras, encravada às margens do Córrego Serrozinho do Palmital, neste município, dedicou-se à pecuária e à Agricultura, notadamente na cultura da mandioca e da cana-de-açúcar.

Posteriormente, nas proximidades do Rio Mogi-Guaçu, adquiriu outra área de terras, denominada Fazenda Santa Teresinha. Ali instalou cerâmica de telhas, olaria de tijolos e um engenho de aguardente, o qual em 1959, já produzia 2.500m3 de aguardente.

Em 1967, por doação, cedeu aos seus três filhos a referida propriedade, tendo estes investido significativamente na cultura da cana-de-açúcar, conseguindo atingir em 1980 a produção agrícola de 300.000 toneladas/safra.

Com o advento do Pró-Alcool, implantaram uma destilaria de álcool carburante, o qual tornou-se uma colmeia de trabalho, proporcionando emprego a centenas de pessoas.

Com o objetivo de proporcionar a esses trabalhadores e seus dependentes melhores condições de vida, a destilaria, através de seu departamento de Serviço Social, construiu em suas dependências um grupo escolar, em substituição a uma pequena escola existente em uma fazenda vizinha.

A homenagem que se pretende prestar, através do presente projeto de lei à memória de Ivo Bellodi, emprestando-lhe o nome à escola pública, sediada no município de Jaboritabal, traduz o respeito e a admiração daqueles que o conheceram.

Sala das Sessões, em 26-8-85

Projeto de lei n.º 487, de 1985

Institui a Semana Estadual de Higiene e Saúde Pública e Ocupacional.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Artigo 1.º — Fica instituída a Semana Estadual de Higiene e

Requerimento n.º 2.787, de 1985

Requerio, nos termos regimentais, seja consignado na Ata de nossos trabalhos um voto de congratulações com a população de Ilhabela, pelo transeunte, no dia 3 de setembro, de mais um aniversário da cidade.

Requerio, outrossim, que desta manifestação seja dada ciência às autoridades comunais.

Justificativa

A história de Ilhabela inicia-se no ano de 1532, quando foi descoberta e identificada pelo grande navegador Américo Vespúcio.

Com praias como a lendária Guaporaci ou Praia do Sino, famosa por suas pedras que bimbam qual sinos de bronze, cortada por rias, cachoeiras como a luxuriante Toca, com suas histórias de piratas, navios naufragados e tesouros perdidos no mar, Ilhabela tem sua vida econômica baseada no turismo, na pesca e na agricultura.

Com a área total de 330 km², dos quais 250 foram, recentemente, transformados em Parque Estadual, Ilhabela oferece os prazeres sensíveis de um recanto ainda não poluído pelo homem.

Cidade privilegiada pela natureza e pelo sorriso acolhedor de sua população, pelo rumor do mar contra as pedras, pelo brilho solar, refletindo nas espumas que nascem ora do azul, ora do verde, e o aroma vegetal que emana das montanhas, Ilhabela bem merece as nossas homenagens no encio de tão grato evento.

Sala das Sessões, em 27-8-85;

a) Ricardo Izar

Requerimento n.º 2.788, de 1985

Requeremos, nos termos regimentais, a inserção na ata de nossos trabalhos de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Alvaro Barbosa Lima Netto, ocorrido dia 6 de julho próximo passado, em Taubaté.

Requeremos, outrossim, que desta manifestação seja dada ciência à família enlutada.

Justificativa

Causou profunda tristeza em toda Taubaté o falecimento prematuro do Senhor Alvaro Barbosa Lima Netto.

Membro de tradicional família local, o extinto exercia as atividades ligadas ao comércio, tendo, nessa área da economia, deixado um nome de grande respeitabilidade, graças à conduta retilínea que sempre imprimiu em seus negócios.

Exemplar chefe de família, soube o Senhor Alvaro Barbosa Lima Netto bem criar e educar as suas filhas, contando, nessa elevada missão, com a valiosa contribuição de sua esposa e companheira, dona Maria Isabel de Castro Barbosa Lima.

Nestas condições, é com profunda tristeza que registamos nos anais desta Casa tão infuasto acontecimento, enviando, ao mesmo tempo, à família enlutada, as nossas profundas condolências.

Sala das Sessões, em 27-8-85;

a) Ary Kara

Requerimento n.º 2.789, de 1985

Requeremos, nos termos regimentais, a inserção na Ata de nossos trabalhos de um voto de pesar pelo falecimento do Professor Theodoro José Lucci, ocorrido aos 11 dias do mês de agosto, em Taubaté.

Requeremos, outrossim, que desta manifestação seja dada ciência à família enlutada.

Justificativa

Faleceu recentemente, o Senhor Theodoro José Lucci, cujo passamento consternou profundamente a comunidade taubateana.

O "vinto era casado com a Professora Wilma Mantovani Lucci. Deixa uma filha — Maria do Carmo Mantovani Lucci Sierra e duas netinhas — Andréa e Rachel.

Descendente de tradicional família taubateana, o Sr. Theodoro foi uma renhida portador de grandes virtudes, de elevada moral e amor ao pró-

MOÇÕES

Moção n.º 393, de 1985

Considerando que parte significativa da população brasileira vive no meio rural, em regiões pertencentes a pequenas comarcas, de cujas sedes muitas vezes são distantes;

Considerando que a Lei 6.015/73, no seu artigo 50 determina que o registro de nascimento deve ser feito num prazo de quinze dias a partir da ocorrência, e no local em que ela se deu;

Considerando que após tal prazo, de acordo com a referida Lei, no seu artigo 46, é especificado que o registro pode ser feito no local da residência dos pais, com despacho do juiz e pagamento de multa;

Considerando que não é incomum, no meio rural, a falta de registro de nascimento de crianças que, por não ter sido feito no prazo estipulado pela Lei, incidiria em multa para o pai ou mãe;

Considerando que, quando os nascimentos ocorrem em centros mais populosos, procurados pelo fato de serem dotados de mais recursos, os registros geralmente são feitos em cartórios que já de si apresentam mais movimento e renda, em detrimento daqueles das comarcas de origem dos nascimentos;

Considerando que tramita perante o Congresso Nacional Projeto de Lei que visa sanar tal inconveniente, instituindo um prazo maior para tal finalidade;

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, nos termos regimentais, apela ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional, no sentido de ser agilizada a tramitação e aprovação do Projeto de Lei 4849-A, de 1984, de autoria do nobre Deputado Raimundo Leite, que amplia o prazo para registro de nascimento até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório.

Sala das Sessões, em 24-8-85

a) Evandro Mesquita

LEGISLAÇÃO CITADA

PROJETO DE LEI N.º 4.849-A, de 1984

(Do Sr. Raimundo Leite)

Altera a redação do art. 50 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973 — Lei dos Registros Públicos; tendo parecer, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

(Projeto de Lei n.º 4.849, de 1984, a que se refere o parecer.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — O Art. 50 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 50 — Todo o nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar de residência do interessado dentro do prazo de quinze dias ampliando-se até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório.”

Art. 2.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Na sistemática vigente na atual lei dos registros públicos o registro do nascimento deve ser feito no local do nascimento dentro de quinze dias da ocorrência do parto (art. 50 da Lei n.º 6.015).

Depois deste prazo o registro poderá ser feito no local de residência dos pais, devendo neste caso haver despacho do juiz e pagamento de multa de 1/10 do salário mínimo (art. 46 da Lei n.º 6.015).

Ocorre entretanto que na maioria dos distritos e comarcas não existe maternidade; em consequência a grande maioria dos habitantes dos pequenos lugares locomovem-se até os grandes centros para receberem a criança.

Disto resulta que os cartórios das grandes cidades são beneficiados em detrimento dos cartórios menores situados em pequenas localidades.

Isto porque, os pais não vão se sujeitar ao pagamento da multa para registrar o filho de sua cidade ao referir quando o registro

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — O item IV do art. 2.º da Lei Complementar n.º 1, de 9 de novembro de 1967, passa a vigorar com a redação abaixo:

“IV — Arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos, quando o município a ser criado localizar-se dentro dos limites territoriais de região metropolitana.”

Art. 2.º — Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Questão fundamental para o nosso País, e que supõe a solução de alguns dos seus crônicos e cruciais problemas, é a fixação do homem à terra, livrando-o do êxodo forçado e descontrolado em direção aos grandes centros urbanos.

A nosso ver, respostas existem para essa questão — a reforma agrária seria uma delas — que, mesmo estudadas e conhecidas, não encontram a vontade eficaz do poder público.

E assim avolumam-se tanto os problemas rurais como os urbanos, a maioria destes em decorrência daqueles, com imensos obstáculos ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar do conjunto da sociedade.

O fortalecimento das comunidades locais: — a partir da autonomia municipal — tem muito a ver com a superação dos desafios acima apontados. Nessa linha, a presente iniciativa parlamentar, objetiva facilitar a criação de novos municípios fora das áreas metropolitanas, com a exclusão do requisito de renda pública.

Essa exclusão, mantidos os demais requisitos dispostos no inciso IV do artigo 2.º da Lei Complementar n.º 1, de 9 de novembro de 1967, explica-se pela dificuldade de apuração ou de comprovação da renda pública na maioria desses distritos, seja por falta do aparelho arrecadador, seja por atribuição à sede do município da arrecadação dos citados distritos.

Mesmo em se provando a incapacidade atual de arrecadação, nem por isso se deve privar tais distritos de sua autonomia. A arrecadação mínima poderá viabilizar-se a posteriori, com os incentivos e recursos atribuídos ao novo município.

Como as regiões metropolitanas normalmente atraem investimentos privados e públicos que as tornam, de certo modo, privilegiadas, não vemos razão de excluir-se o requisito de renda pública para a criação de seus novos municípios.

Pelo exposto, esperamos a compreensão e sensibilidade dos insistentes representantes do povo que apreciarão a matéria, com o acolhimento da presente proposição.

Sala das Sessões, 18 de maio de 1983 — Manoel de Lacerda.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI COMPLEMENTAR N.º 1, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1967

Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios

Art.º 1.º

Parágrafo único. O processo de criação de município terá início mediante representação dirigida à Assembleia Legislativa, assinada, no mínimo, por 100 (cem) eleitores, residentes ou domiciliados na área que se deseja desmembrar, com as respectivas firmas reconhecidas.

Art. 2.º Nenhum município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos:

I — população estimada superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferior a 5 (cinco) milésimos da existência no Estado;

II — eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população;

III — centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas);

IV — arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos

Moção n.º 395, de 1985

MICRO-EMDEIS

§ 3.º — A transformação da empresa, firma individual ou sociedade mercantil, em microempresa, e vice-versa não implicará em denúncia ou outra rescisão de contratos, como de locação, de prestação de serviços, entre outros.

1 — constituída sob a forma de sociedade por ações;

III — que participe de capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência desta Lei;

V — que realize operações relativas a:

Lei federal n.º 7.236/84

b) compra e venda, loteamento, incorporação, locação e administração de imóveis;

c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

530:

Parágrafo Único — o disposto nos itens III e IV deste artigo não se aplica a participação de microempresas em Centrais de Compras, Bolsas de Subcontratação, Consórcio de Exportação e outras associações semelhantes.

Da Dispensa de Obrigações Burocráticas

legal.

Do Registro Especial

Art. 6.º — Tratando-se de empresa já constituída, o registro será realizado mediante simples comunicação, da qual constarão:

II — a indicação do registro anterior da empresa individual ou do arquivamento dos atos constitutivos da sociedade;

Art. 7.º — Tratando-se de empresa em constituição, dever

Parágrafo único — O registro de firma individual ou soci

Art. 11.º — Pelos o reatados indolentemente de alienação das

Art. 19 — As microempresas e seus empregados recolherão as contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social de acordo com o previsto na legislação específica, observado o seguinte:

II — a contribuição da microempresa para o custeio das prestações por acidente do trabalho será igualmente calculada pelo percentual mínimo;

Art. 20 — As microempresas ficam dispensadas de efetuar as notificações a que se referem os §§ 2.º e 3.º do art. 139 da Consolidação das Leis do Trabalho.

— efetuar anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social;

Art. 22 — As microempresas estão sujeitas ao depósito para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, na forma da lei.

Do Apoio Creditício

no porte.

fiança e ao aval.

§ 2.º — (VETADO)

§ 4.º — Ficam ressalvadas do disposto no § 1.º deste artigo as atividades de apoio técnico-gestencial, relativas às áreas gerencial, tecnológica, mercadológicas e financeira, desde que executadas com consentimento do microempreendedor, em todas as suas etapas.

§ 6.º — (VETADO)

Das penalidades

consequências e penalidades:

III — multa punitiva equivalente a:

sócios, as autoridades competentes;

IV — pagamento em dobro dos encargos dos empréstimos obtidos com base nesta Lei.

Ministério da Indústria e do Comércio.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO MÉDICO DO SERVIÇO CIVIL DO ESTADO

GUIA PARA INSPEÇÃO DE SAÚDE

IDENTIFICAÇÃO DO FUNCIONÁRIO OU SERVIDOR

NOME DO FUNCIONÁRIO OU SERVIDOR

1. N.º

2. RES. SISTEMÁTICA

3. REGISTRO MÉDICO (M, D, O, C, E)

4. DATA NASCIMENTO

5. SEXO

6. ESTADO CIVIL

7. RESIDENCIAL DO FUNCIONÁRIO OU SERVIDOR

8. MUNICÍPIO

9. DATA DE EXAME

10. DATA DE EXAME

11. DATA DE EXAME

12. DATA DE EXAME

13. DATA DE EXAME

14. DATA DE EXAME

15. DATA DE EXAME

16. DATA DE EXAME

17. DATA DE EXAME

18. DATA DE EXAME

19. DATA DE EXAME

20. DATA DE EXAME

21. DATA DE EXAME

22. DATA DE EXAME

23. DATA DE EXAME

24. DATA DE EXAME

25. DATA DE EXAME

26. DATA DE EXAME

27. DATA DE EXAME

28. DATA DE EXAME

29. DATA DE EXAME

30. DATA DE EXAME

31. DATA DE EXAME

32. DATA DE EXAME

33. DATA DE EXAME

34. DATA DE EXAME

35. DATA DE EXAME

36. DATA DE EXAME

37. DATA DE EXAME

38. DATA DE EXAME

39. DATA DE EXAME

40. DATA DE EXAME

41. DATA DE EXAME

42. DATA DE EXAME

43. DATA DE EXAME

44. DATA DE EXAME

45. DATA DE EXAME

46. DATA DE EXAME

47. DATA DE EXAME

48. DATA DE EXAME

49. DATA DE EXAME

50. DATA DE EXAME

51. DATA DE EXAME

52. DATA DE EXAME

53. DATA DE EXAME

54. DATA DE EXAME

55. DATA DE EXAME

56. DATA DE EXAME

57. DATA DE EXAME

58. DATA DE EXAME

59. DATA DE EXAME

60. DATA DE EXAME

61. DATA DE EXAME

62. DATA DE EXAME

63. DATA DE EXAME

64. DATA DE EXAME

65. DATA DE EXAME

66. DATA DE EXAME

67. DATA DE EXAME

68. DATA DE EXAME

69. DATA DE EXAME

70. DATA DE EXAME

71. DATA DE EXAME

72. DATA DE EXAME

73. DATA DE EXAME

74. DATA DE EXAME

75. DATA DE EXAME

76. DATA DE EXAME

77. DATA DE EXAME

78. DATA DE EXAME

79. DATA DE EXAME

80. DATA DE EXAME

81. DATA DE EXAME

82. DATA DE EXAME

83. DATA DE EXAME

84. DATA DE EXAME

85. DATA DE EXAME

86. DATA DE EXAME

87. DATA DE EXAME

88. DATA DE EXAME

89. DATA DE EXAME

90. DATA DE EXAME

91. DATA DE EXAME

92. DATA DE EXAME

93. DATA DE EXAME

94. DATA DE EXAME

95. DATA DE EXAME

96. DATA DE EXAME

97. DATA DE EXAME

98. DATA DE EXAME

99. DATA DE EXAME

100. DATA DE EXAME

101. DATA DE EXAME

102. DATA DE EXAME

103. DATA DE EXAME

104. DATA DE EXAME

105. DATA DE EXAME

106. DATA DE EXAME

107. DATA DE EXAME

108. DATA DE EXAME

109. DATA DE EXAME

110. DATA DE EXAME

111. DATA DE EXAME

112. DATA DE EXAME

113. DATA DE EXAME

114. DATA DE EXAME

115. DATA DE EXAME

116. DATA DE EXAME

117. DATA DE EXAME

118. DATA DE EXAME

119. DATA DE EXAME

120. DATA DE EXAME

121. DATA DE EXAME

122. DATA DE EXAME

123. DATA DE EXAME

124. DATA DE EXAME

125. DATA DE EXAME

126. DATA DE EXAME

127. DATA DE EXAME

128. DATA DE EXAME

129. DATA DE EXAME

130. DATA DE EXAME

131. DATA DE EXAME

132. DATA DE EXAME

133. DATA DE EXAME

134. DATA DE EXAME

135. DATA DE EXAME

136. DATA DE EXAME

137. DATA DE EXAME

138. DATA DE EXAME

139. DATA DE EXAME

140. DATA DE EXAME

141. DATA DE EXAME

142. DATA DE EXAME

143. DATA DE EXAME

144. DATA DE EXAME

145. DATA DE EXAME

146. DATA DE EXAME

147. DATA DE EXAME

148. DATA DE EXAME

149. DATA DE EXAME

150. DATA DE EXAME

151. DATA DE EXAME

152. DATA DE EXAME

153. DATA DE EXAME

154. DATA DE EXAME

155. DATA DE EXAME

156. DATA DE EXAME

157. DATA DE EXAME

158. DATA DE EXAME

159. DATA DE EXAME

160. DATA DE EXAME

161. DATA DE EXAME

162. DATA DE EXAME

163. DATA DE EXAME

164. DATA DE EXAME

165. DATA DE EXAME

166. DATA DE EXAME

167. DATA DE EXAME

168. DATA DE EXAME

169. DATA DE EXAME

170. DATA DE EXAME

171. DATA DE EXAME

172. DATA DE EXAME

173. DATA DE EXAME

174. DATA DE EXAME

175. DATA DE EXAME

176. DATA DE EXAME

177. DATA DE EXAME

178. DATA DE EXAME

179. DATA DE EXAME

180. DATA DE EXAME

181. DATA DE EXAME

182. DATA DE EXAME

183. DATA DE EXAME

184. DATA DE EXAME

185. DATA DE EXAME

186. DATA DE EXAME

187. DATA DE EXAME

188. DATA DE EXAME

189. DATA DE EXAME

190. DATA DE EXAME

191. DATA DE EXAME

192. DATA DE EXAME

193. DATA DE EXAME

194. DATA DE EXAME

195. DATA DE EXAME

196. DATA DE EXAME

197. DATA DE EXAME

198. DATA DE EXAME

199. DATA DE EXAME

200. DATA DE EXAME

201. DATA DE EXAME

202. DATA DE EXAME

203. DATA DE EXAME

204. DATA DE EXAME

205. DATA DE EXAME

206. DATA DE EXAME

207. DATA DE EXAME

208. DATA DE EXAME

209. DATA DE EXAME

210. DATA DE EXAME

211. DATA DE EXAME

212. DATA DE EXAME

213. DATA DE EXAME

214. DATA DE EXAME

215. DATA DE EXAME

216. DATA DE EXAME

217. DATA DE EXAME

218. DATA DE EXAME

219. DATA DE EXAME

220. DATA DE EXAME

221. DATA DE EXAME

222. DATA DE EXAME

223. DATA DE EXAME

224. DATA DE EXAME

225. DATA DE EXAME

226. DATA DE EXAME

227. DATA DE EXAME

228. DATA DE EXAME

229. DATA DE EXAME

230. DATA DE EXAME

231. DATA DE EXAME

232. DATA DE EXAME

233. DATA DE EXAME

234. DATA DE EXAME

235. DATA DE EXAME

236. DATA DE EXAME

237. DATA DE EXAME

238. DATA DE EXAME

239. DATA DE EXAME

240. DATA DE EXAME

241. DATA DE EXAME

242. DATA DE EXAME

243. DATA DE EXAME

244. DATA DE EXAME

245. DATA DE EXAME

246. DATA DE EXAME

247. DATA DE EXAME

248. DATA DE EXAME

249. DATA DE EXAME

250. DATA DE EXAME

251. DATA DE EXAME

252. DATA DE EXAME

253. DATA DE EXAME

254. DATA DE EXAME

255. DATA DE EXAME

256. DATA DE EXAME

257. DATA DE EXAME

258. DATA DE EXAME

259. DATA DE EXAME

260. DATA DE EXAME

261. DATA DE EXAME

262. DATA DE EXAME

263. DATA DE EXAME

264. DATA DE EXAME

265. DATA DE EXAME

266. DATA DE EXAME

267. DATA DE EXAME

268. DATA DE EXAME

269. DATA DE EXAME

270. DATA DE EXAME

271. DATA DE EXAME

272. DATA DE EXAME

273. DATA DE EXAME

274. DATA DE EXAME

275. DATA DE EXAME

276. DATA DE EXAME

277. DATA DE EXAME

278. DATA DE EXAME

279. DATA DE EXAME

280. DATA DE EXAME

281. DATA DE EXAME

282. DATA DE EXAME

283. DATA DE EXAME

284. DATA DE EXAME

285. DATA DE EXAME

286. DATA DE EXAME

287. DATA DE EXAME

288. DATA DE EXAME

289. DATA DE EXAME

290. DATA DE EXAME

291. DATA DE EXAME

292. DATA DE EXAME

293. DATA DE EXAME

294. DATA DE EXAME

295. DATA DE EXAME

296. DATA DE EXAME

297. DATA DE EXAME

298. DATA DE EXAME

299. DATA DE EXAME

300. DATA DE EXAME

301. DATA DE EXAME

302. DATA DE EXAME

303. DATA DE EXAME

304. DATA DE EXAME

305. DATA DE EXAME

306. DATA DE EXAME

307. DATA DE EXAME

308. DATA DE EXAME

309. DATA DE EXAME

310. DATA DE EXAME

311. DATA DE EXAME

312. DATA DE EXAME

313. DATA DE EXAME

314. DATA DE EXAME

315. DATA DE EXAME

316. DATA DE EXAME



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCHI, 51 - CAIXA POSTAL 18
CEP 13490 - CORDEIRÓPOLIS - SP

COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

BIÊNIO 1987/88

REF. PROJETO DE LEI Nº. 022/88-PMC-de 20.06/1988.


Analizando o Projeto de Lei em epígrafe, constatamos que o mesmo se encontra perfeitamente legal sob o as pecto de educação, saúde e assistência social, visto haver condições para sua aprovação.

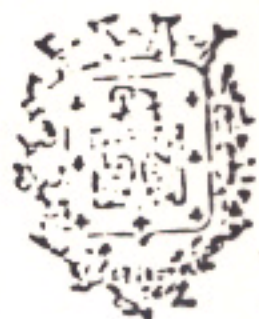
É o parecer.

Cordeirópolis, 21.06.88


JOSÉ VALTER MASCARIN-Presidente-


ABÍLIO BOTTON-Membro


VAIR CARRINI-Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 51 - CAIXA POSTAL 18
CEP 13490 - CORDEIRÓPOLIS - SP

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO BIÊNIO 1987/88

REF. AO PROJETO DE LEI Nº. 022/88-PMC-de 20/06/1988

Analisando o Projeto de Lei em epígrafe, constatamos que o mesmo se encontra perfeitamente legal sob o aspecto financeiro orçamentário, visto haver condições para a sua aprovação.

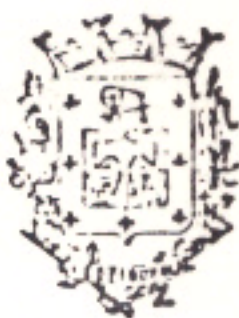
o parecer.

Cordeirópolis, 21/06/88

JOSÉ VALTER MASCARIN-Presidente

GERALDO KILLER-Membro

pp. Orlando Vitor
SÉRGIO AP. DALLA MULLE-Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCO, 51 - CAIXA POSTAL 18
CEP 13490 - CORDEIRÓPOLIS - SP

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO BIÊNIO 1987/88

REF. PROJETO DE LEI Nº. 022/88-PMC-de 20 / 06/1988

Analisando o Projeto de Lei em epígrafe, constatamos que o mesmo se encontra perfeitamente legal sob o aspecto jurídico redacional, visto haver condições para sua aprovação.

É o parecer.

Cordeirópolis, 21.06.88

ANTÔNIO LUIZ CICOLIN-Presidente

ABÍLIO BOTION-Membro

IRÍIO ALVES-Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCHI, 51 - CAIXA POSTAL 18
CEP 13490 - CORDEIRÓPOLIS - SP

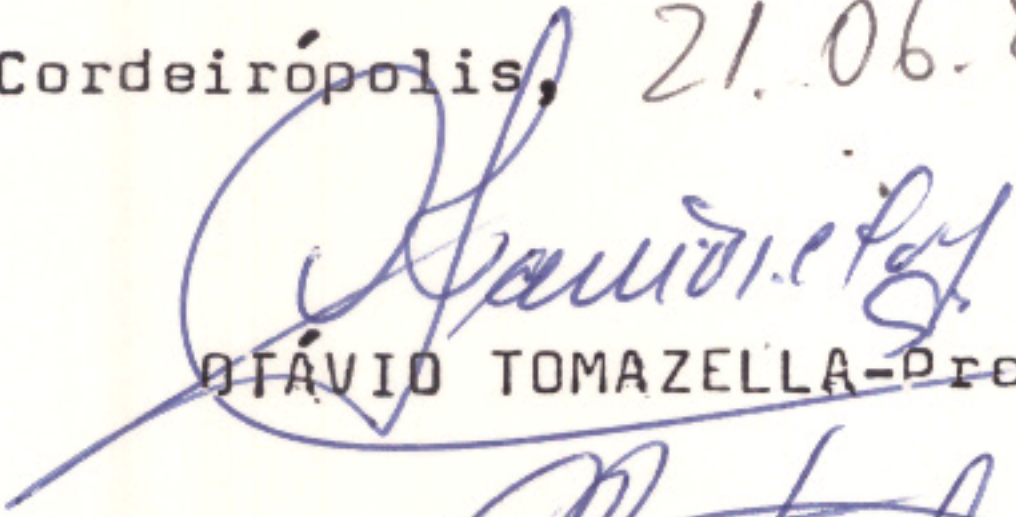
COMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS BIÊNIO 1987/88

REF. AO PROJETO DE LEI Nº. 022/88-PMC-de 20/06/1988

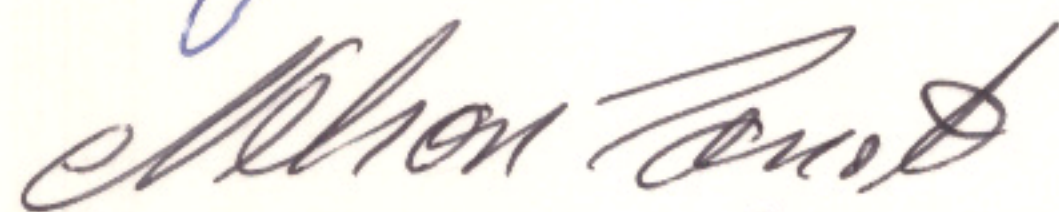
Analisando o Projeto de Lei em epígrafe, constatamos que o mesmo se encontra perfeitamente legal sob o as pecto de obras e serviços públicos, visto haver condições para sua aprovação.

É o parecer.

Cordeirópolis, 21.06.88


OTÁVIO TOMAZELLA-Presidente


GERALDO BERTANHA-Membro


NELSON ZANETTI-Membro